



**SENADO FEDERAL**

# **Carta às Mulheres brasileiras**

**SENADOR  
INÁCIO ARRUDA**

**BRASÍLIA  
2008**



SENADO FEDERAL

Senador INÁCIO ARRUDA

*Carta às Mulheres  
Brasileiras*

BRASÍLIA – 2008

A participação ativa das mulheres na construção de um projeto nacional de desenvolvimento foi o centro da discussão durante o 7º Congresso da União Brasileira de Mulheres (UBM), uma entidade nacional e apartidária que congrega pessoas na luta pela soberania nacional e pelos direitos sociais.

Nesse Congresso, realizado na cidade de Luziânia, em Goiás e que reuniu cerca de 500 mulheres de 23 estados brasileiros, foi elaborado um documento que elenca vários desafios a serem enfrentados para melhorar a vida das mulheres: o combate à discriminação contra a mulher na mídia, o acesso e ampliação à alfabetização, informação e capacitação, a valorização do trabalho das mulheres com garantia da igualdade salarial e da redução da jornada de trabalho e o apoio à ampliação da licença maternidade para seis meses, dentre várias outras propostas.

Esta publicação se destina a divulgar as diretrizes e ações aprovadas no Congresso da UBM para que sejam amplamente discutidas com o conjunto da sociedade, contribuindo para a construção de um País justo, próspero, fraterno e igualitário.

*Senador Inácio Arruda*

## ***MULHERES NO PODER E NO DESENVOLVIMENTO***

Nós, mulheres brasileiras reunidas no 7º Congresso Nacional da UBM – União Brasileira de Mulheres – temos como meta dos dias presentes a conquista de um País desenvolvido, soberano, socialmente equilibrado e ambientalmente construído. Queremos que o Brasil ouse produzir mais riqueza para atender à melhora da vida de sua gente. Buscamos um projeto nacional que promova não só a prosperidade econômica, mas o avanço da igualdade social e das liberdades políticas.

Na busca pelo desenvolvimento, a mulher sabe que, sem sua participação direta nas instâncias de decisão não haverá avanço. Por isso ela faz da conquista de espaços de poder e de políticas que promovam sua autonomia econômica e financeira as duas vias por onde deve caminhar a sua emancipação.

Como parte dessa construção defende medidas que contemplem as mulheres no Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, implementado pelo Governo Lula. Precisa-se de um PAC para as mulheres, com linhas de crédito para as empreendedoras urbanas, para as de baixa renda, em especial para as chefes de família, para as trabalhadoras rurais, quilombolas, pescadoras e indígenas, com recursos para a economia solidária.

Um PAC feminino tem de incluir medidas que melhorem a vida cotidiana das mulheres como equipamentos sociais – creches, lavanderias coletivas, áreas de lazer e de atividades culturais. A universalização do saneamento, luz para todos e habitação para a população de baixa renda e uma política de segurança são exigências para garantir uma melhor qualidade de vida e ambiental e para minimizar o peso das atividades domésticas.

Um PAC feminino tem que estimular o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, com garantia de direitos trabalhistas, registro em carteira, igualdade salarial, redução de jornada, elevação da presença das mulheres no Plano Nacional de Qualificação e nos encaminhamentos do Sistema Nacional de Emprego.

Para garantir sua inclusão no desenvolvimento as mulheres buscarão ampliar seus espaços de poder. As eleições municipais de 2008 serão um momento decisivo para dar um salto na sua participação. Exigirão de todos os partidos que seja cumprida a cota mínima de candidaturas para cada sexo; que se reproduza a cota mínima também para os cargos de direção partidária; e que sejam realizadas atividades de formação e qualificação para o exercício das funções legislativas e executivas com os recursos do fundo partidário.

Sabemos que, sem a participação direta da mulher nada será alcançado. Por isso nós mulheres presentes ao 7º Congresso Nacional da UBM exigimos da sociedade e do Estado que fortaleça a democracia contribuindo para levar a mulher aos espaços de poder.

Luziânia (GO), 22 a 25 de novembro de 2007.

***UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES/UBM***

## ***RESOLUÇÕES POLÍTICAS DO 7º CONGRESSO DA UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES***

### ***Internacional:***

- Integrar-se no espírito novo da solidariedade internacional expressado no Fórum Social Mundial, que conta com a participação e apoio de milhares de participantes do mundo inteiro;
- Apoiar as manifestações das massas contra a política imperialista hegemônica dos Estados Unidos e seus aliados imperialistas;
- Consolidar a solidariedade das mulheres e as lutas entre o Sul e o Norte e o Sul-Sul.

### ***Participação Política:***

- Maior participação das mulheres nos espaços de poder;
- Por uma reforma política democrática e com a participação da mulher;
- Medidas para implementar o protagonismo político das mulheres;
- Campanha de estímulo a candidaturas femininas comprometidas com a luta emancipacionista, em 2008;
- Defender e fiscalizar a implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, não admitindo retrocessos.

### ***Mulher e o Mundo do Trabalho:***

- Denunciar o impacto da globalização neoliberal na vida das mulheres, nas condições de trabalho de todas as mulheres,

levantando as medidas que defendem os direitos dos trabalhadores, especialmente das mulheres, em países pobres e ricos;

- Defender a valorização do trabalho das mulheres com garantia dos direitos trabalhistas, com igualdade salarial para homens e mulheres, com registro em carteira e redução da jornada de trabalho;
- Apoiar a ampliação da licença maternidade para 6 meses, com garantia das conquistas, sobretudo do emprego e do salário.

### ***Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos:***

- Defender o SUS – Sistema Único de Saúde – como bandeira feminista;
- Defender a CPMF e sua destinação para a saúde para garantir um modelo de gestão qualificado, eficiente e resolutivo;
- Defender a descriminalização e legalização do aborto, como uma questão de saúde pública e em defesa da vida;
- Apoio ao projeto encaminhado pela Comissão Tripartite ao Congresso Nacional que descriminaliza o aborto e responsabiliza o Estado para garantir a assistência à saúde das mulheres.

### ***Violência de gênero:***

- Lutar contra a violência de gênero em todas as formas de sua manifestação contra as mulheres;
- Lutar pela efetiva implementação da Lei Maria da Penha em todos os estados;
- Articular junto às Delegacias das Mulheres, aos Conselhos das Mulheres e à Rede de Apoio às mulheres vítimas de violência para capacitação dos profissionais que atendem às mulheres que chegam a esses serviços, incluindo o movimento social de mulheres;
- Lutar pela ampliação dos serviços de saúde de atenção às mulheres vítimas de violência, delegacias especializadas para o atendimento das mulheres e casas abrigos em todo o País, mas especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

### ***Educação e gênero:***

- Combater os estereótipos na educação e nos livros didáticos que reforçam as idéias de submissão, desigualdade e subalternidade das mulheres;
- Lutar por uma educação inclusiva e não sexista;
- Lutar pelo acesso e ampliação à alfabetização, informação e capacitação de mulheres, por meio de políticas públicas e responsabilidade do Estado.

### ***Imagem da mulher e a democratização da mídia:***

- Combater os estereótipos e imagens discriminatórias sobre a mulher, na mídia;
- Denunciar todo tipo de discriminação à mulher nos meios de comunicação de massa;
- Exercer com mais rigor o controle social, com olhar de gênero, sobre a imagem da mulher na comunicação de uma forma geral;
- Dar maior visibilidade à UBM nos meios de comunicação de massa;
- Elaborar um Plano de Comunicação da UBM que contemple a informação, divulgação e imagem, fortalecendo a identidade da entidade;
- Participar da discussão sobre a democratização da mídia, a TV Pública e o Conselho de Comunicação;
- Lutar para que o Conselho Nacional de Comunicação tenha participação dos movimentos sociais, incluindo o movimento de mulheres, para garantir uma abordagem de gênero;
- Lutar pela representação da UBM no Conselho Nacional de Comunicação.

### ***Meio Ambiente e Gênero:***

- Realizar campanha nacional da UBM, incentivando o consumo sustentável (agricultura sustentável) e o consumo consciente da população;

- Desenvolver ações que levem a percepção de que os problemas ambientais são problemas sociais e vice-versa;
- Lutar por um maior investimento por parte do Governo Lula para o desenvolvimento da biotecnologia e bioindústria, dentro da política nacional de industrialização dos biomas brasileiros;
- Exigir maior controle e fiscalização na utilização de agrotóxicos no País, evoluindo para a agroecologia.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900  
Brasília – DF

## SENADOR INÁCIO ARRUDA

O Senador Inácio Arruda iniciou sua vida pública ainda na década de 80. Servidor público e eletrotécnico, foi eleito vereador em 1988, deputado estadual em 1990 e deputado federal em 1994, se reelegendo em 1998 e 2002. Em 2006, foi eleito Senador pelo Estado do Ceará, com quase dois milhões de votos, sendo o primeiro comunista a ocupar uma cadeira no Senado depois de Luis Carlos Prestes, em 1946. É líder do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) no Senado e membro do Comitê Central do Partido.

Em sua atuação legislativa destaca-se a emenda constitucional, em conjunto com o Senador Paulo Paim, que propõe reduzir a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, com meta de criar 3,6 milhões de novos empregos no Brasil. Inácio Arruda também foi autor do substitutivo, na Câmara dos Deputados, que resultou no Estatuto da Cidade.

Inácio Arruda é coordenador da bancada do Ceará no Congresso Nacional e está entre os cem mais influentes parlamentares da Casa, segundo pesquisa anual do DIAP. No Senado, atua como titular da Comissão de Infra-Estrutura, da Comissão de Educação, da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. É suplente na Comissão de Constituição e Justiça, Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Meio Ambiente, Direitos do Consumidor e Fiscalização e Controle, Comissão de Desenvolvimento Regional e Comissão de Relações Exteriores. Além disso, é vice-presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo e participa da Comissão Mista do Mercosul e da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas.